

ASPECTOS PSICOLÓGICOS NA UTILIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ENTRE OS KARITIANA*

PSYCHOLOGICAL ASPECTS IN THE USE OF ALCOHOLIC BEVERAGES AMONG KARITIANA

João Jackson Bezerra Vianna
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

José Juliano Cedaro e Ari Miguel Teixeira Ott
Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Brasil

RESUMO

Este estudo analisa os problemas relacionados ao uso de bebidas alcoólicas entre os Karitiana, habitantes de Rondônia. Ele é fruto de pesquisa desenvolvida no ano de 2009, intitulada “Psicologia e saúde mental entre os Karitiana”. Busca-se compreender os modos de utilização de bebidas alcoólicas neste grupo, privilegiando os aspectos psicológicos envolvidos nesse processo, refletindo sobre possibilidades de atuação psicológica entre povos indígenas. Utilizou-se uma abordagem multidisciplinar com referências da psicologia, antropologia e saúde pública, considerando a dimensão psicológica integrada em um contexto histórico, social e cultural. Entre os resultados, destaca-se que os problemas relacionados à utilização de bebidas alcoólicas representaram para os Karitiana, no passado recente, um problema social, que eles denominam “tempo de bagunça”. Tal contexto foi modificado a partir de estratégias específicas, promovidas por lideranças desse grupo, apontando para possibilidades de que esse tipo de atuação possa ser considerado como princípio de intervenção em saúde mental indígena.

Palavras-chave: problemas relacionados ao uso de álcool; psicologia indígena; povos indígenas de Rondônia; Karitiana.

ABSTRACT

This study examines the problems related to alcohol use among Karitiana population of Rondônia, reflecting on the possibilities of psychological performance among indigenous peoples. It is the result of a research achieved in 2009, entitled Psychology of mental health among the Karitiana of Porto Velho. We aim to understand the use of alcoholic beverages in this society, emphasizing the psychological aspects involved in this process. We used a multidisciplinary approach with references from psychology, anthropology and public health, considering the psychological dimension as an integrated, historical, social and wider cultural context. Over the results, we highlight the problems related to use of alcoholic drinks, which represented a real social problem to the Karitiana in a recent past, establishing what they call a “mess time”. Such context has changed from specific strategies promoted by their leadership, pointing out to possible actions for the indigenous mental health.

Keywords: problems related to alcohol; indigenous psychology; indigenous peoples of Rondônia; Karitiana.

Introdução

O “alcooolismo” vem causando grandes transtornos dentro das áreas indígenas, ainda que em relação a essas populações não haja dados epidemiológicos precisos (Ministério da Saúde, 2001). Os problemas relacionados ao uso de álcool, para além da doença em si, da dependência crônica e seu corolário de patologias associadas, também são significativos na esfera sociocultural, sendo, por vezes, determinantes para a

desagregação social nas aldeias, contribuindo para o aumento da violência doméstica e de gênero, de acidentes, de suicídios e de agressões que podem resultar em homicídios (Guimarães & Grubits, 2007; Ministério da Saúde, 2001).

Tais agravos têm se tornado demanda da “saúde mental indígena”, atribuição genérica que surge com a implantação de uma política de saúde para populações indígenas. Em setembro de 2007, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) promoveu a I Conferência Nacional de

Saúde Mental Indígena, quando elaborou as bases para a Portaria nº 2759, do Ministério da Saúde, estabelecendo as Diretrizes Gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas. Ainda há poucas pesquisas que analisem o processo de implantação desse programa, que forneçam um panorama geral de sua aplicabilidade e aceitação nas aldeias.

De modo geral, pode-se afirmar que é modesta a contribuição da psicologia para a saúde mental indígena. Os psicólogos nas equipes multidisciplinares são raros, assim como em todo o subsistema de atenção à saúde indígena. Essas sociedades não fazem parte da sua tradição epistemológica, ao contrário da antropologia, por exemplo, que nasceu tomando o outro cultural como sujeito privilegiado de suas reflexões. O outro psicológico, entretanto, sempre foi considerado a partir da ética da sociedade onde se encontra o psicólogo, ou seja, do lugar onde o profissional habita e formou sua concepção de mundo.

A nova política de saúde indígena não inclui de maneira efetiva os profissionais da psicologia, o que reforça a ausência de trabalhos empíricos e cronifica a ignorância a respeito da temática. A falta de subsídios para atuações assertivas de prevenção e promoção compromete de modo significativo, o bem-estar dessas populações. Esse quadro se acentua quando se trata de índios amazônicos, incluindo-se comunidades localizadas no Estado de Rondônia. Na Amazônia, paradoxalmente, vive o maior número de povos indígenas e o menor número de psicólogos. Com isso, qualquer profissional da psicologia que pretenda atuar em comunidades indígenas defronta-se com uma lacuna inquietante.

Algumas iniciativas, porém, surgem na tentativa de construir um conhecimento psicológico que analise e indique as possibilidades de atuação desse profissional entre populações indígenas. Um exemplo são os debates e estudos que o Conselho Regional de Psicologia, de São Paulo, tem promovido no intuito de aprofundar e refletir sobre questões que articulem o saber psicológico e suas técnicas com a realidade desses povos. Essas reflexões estão publicadas em “Psicologia e Povos Indígenas” (CRPSP, 2010), que reúne principalmente relatos de experiências profissionais a respeito da inserção do psicólogo na perspectiva da saúde mental indígena.

O uso da categoria “saúde mental”, contudo, pode ser problemático quando se trata de populações indígenas, como alerta Stock (2010a), pois aquilo que em nossa sociedade seria remetido com facilidade à área da saúde mental - por exemplo, dependência de drogas e álcool, suicídio ou uso de antidepressivos - não é tão evidente entre populações indígenas, exigindo cuidados éticos e culturais. Todavia, apesar da concepção de saúde mental construída na sociedade envolvente não

corresponder à rede conceitual cosmológica ameríndia, entendemos que é possível estabelecer intersecções (Stock, 2010b), tendo como alicerce as áreas de conhecimento a que recorre este trabalho. Há, assim, um nítido esforço no argumento da autora de fazer dialogar saberes a respeito da nossa saúde mental com a cultura deles, tentando compreender o que eles entendem por sofrimento, na tentativa de produzir um saber híbrido, que auxilie esses povos a enfrentar questões que julgam problemáticas.

Nesse sentido, pode-se evitar o conceito de saúde mental e suas contaminações ideológicas da nossa sociedade, e avançar para uma compreensão do bem-estar psíquico indígena. Uma concepção puramente mentalista, própria da história da psicologia ocidental, pode ser afastada, ao mesmo tempo em que se problematiza a concepção de “psíquico”, avaliada como instrumento teórico operante nesses contextos.

Compreender as dimensões psicológicas das populações indígenas é uma tarefa complexa, pois implica abranger as novas premissas nas quais tais dimensões estão assentadas. Não se pode partir do pressuposto que nossas ferramentas deem conta de contextos e “mundos” diferentes, ou seja, conceitos que operam muito bem em nossa sociedade preponderantemente cristã e regida pelo mercado, não necessariamente se aplicam a populações com distintas cosmologias. Um estudo psicológico de povos indígenas é, necessariamente, uma busca de outras referências teóricas e metodológicas - um esforço multidisciplinar. Neste trabalho, conceitos da antropologia, articulados a pressupostos da psicologia e da saúde pública ganham destaque na discussão dos fenômenos observados.

Relativizando: reflexões sobre a psicologia indígena

A “Psicologia Indígena” não pode englobar a diversidade de povos e culturas encontrada no Brasil. Para o leigo, índio é uma categoria genérica que remete ao período colonial, mas desde então os povos indígenas estavam separados de modo distinto, com línguas, costumes e cosmologias próprias. Assim, é impertinente generalizar ideias comuns para todos os índios de maneira indiscriminada. Trata-se de descrever aspectos subjetivos do comportamento das populações nomeadas como tal. O pertencimento a um grupo Jê ou Tupi faz de um índio um sujeito tão diferente quanto um brasileiro ou um argentino.

Essa concepção ainda é pouco difundida em nosso país, embora possua um número razoável de trabalhos, principalmente aqueles advindos da *Cross-Cultural Psychology*, que surgiu no final dos anos 80, do século

passado, após o colapso dos países comunistas do leste europeu e com o fim da Guerra Fria, vindo à tona em alguns países considerados não-ocidentais, tais como: Japão, Coreia, Filipinas, Índia, Taiwan. Essa iniciativa ficou conhecida como *The Emergence of Indigenous Psychology* e ocorreu por meio de psicólogos que defendiam uma abordagem indígena para a psicologia, pois para eles:

A maioria dos psicólogos nos países não-ocidentais adota modelos conceituais e métodos de pesquisa desenvolvidos por psicólogos ocidentais, que realizam pesquisas em suas sociedades nativas. O resultado dessas pesquisas pode ser irrelevante para a psicologia da população local e, portanto, incapaz de resolver os problemas enfrentados no cotidiano dessas pessoas (Hwang, 2004, p. 01[tradução nossa]).

A psicologia indígena é, antes de tudo, uma perspectiva que relativiza a utilização dos referenciais ocidentais em populações não-ocidentais, sejam elas autóctones ou não; e compreende os processos psíquicos e comportamentais de determinada população por intermédio das premissas nativas. Verdugo (2005, p. 80) argumenta que “as diferenças culturais e as especificidades dos problemas sociais e ambientais também produzem explicações particulares do comportamento humano em uma cultura específica”. Assim, o autor define a Psicologia Indígena como “a compreensão de que o comportamento humano está enraizado em um contexto cultural particular”.

No Brasil, tais estudos são restritos, mesmo havendo uma significativa população indígena que demanda uma perspectiva diferenciada do olhar da psicologia, entre outras razões, para que pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas possam compreender e atuar de modo apropriado em contextos distintos. Esta é uma das principais contribuições da psicologia indígena, que propõe um compromisso de:

desenvolver uma psicologia culturalmente apropriada que compreenda as culturas e as realidades indígenas, bem como uma psicologia cujos conceitos, problemas, hipóteses, métodos, e demandas, adequadamente representadas, produza reflexões no contexto cultural no qual o comportamento é observado (Hwang, 2004, p. 2 [tradução nossa]).

Segundo esse mesmo autor, os psicólogos comprometidos em compreender processos psíquicos em diferentes contextos culturais elaboram estudos científicos do comportamento humano, ou da subjetividade nativa, sem adotar como principal perspectiva os pressupostos ocidentais, a partir do qual a ciência psicológica encontra substrato. Tal proposta alerta para a impossibilidade de se utilizar teorias baseadas em uma subjetividade particular para analisar outros povos que possuem modos diferentes de organizar suas

experiências. Este viés de análise tem um claro objetivo: desenvolver uma psicologia culturalmente adequada, que responda às realidades indígenas e a sua cultura, considerando as diversas possibilidades de configuração das subjetividades. E mais:

uma vantagem da *Indigenous Psychology* é que se pode descobrir fenômenos que só existem em uma cultura, e são inteiramente desconhecidos e não esperados por pesquisadores de outras culturas. Se isto for verdade, a visão de mundo e o comportamento ambiental variam em função de psicologias indígenas particulares. (Verdugo, 2005, p. 81)

Seguindo essa ideia, pode-se nomear este trabalho como “psicologia Karitiana”, pois se trata de uma assertiva coerente com as singularidades dessa comunidade, a qual, assim como as demais etnias, possui características idiossincráticas. A primeira questão a pensar sobre uma psicologia dos Karitiana é olhar para a comunidade como um todo, e não a cada indivíduo, como frequentemente faz a psicologia quando olhamos para as diversas culturas dentro do que se convencionou de chamar de Ocidente. Verdugo (2005, p. 81) afirma que a “Psicologia euro-americana tem como premissas sócio-culturais as tradições do individualismo, do liberalismo e da racionalidade”. De tal forma, os métodos e técnicas desenvolvidos focalizam, prioritariamente, as demandas individuais. Mas, ao trabalhar em uma sociedade baseada na coletividade, a perspectiva e a possível intervenção serão sempre comunitárias, ou serão inviáveis e incongruentes. Nossa psicologia não pode simplesmente ser transposta às comunidades indígenas amazônicas, pois as premissas da cultura euro-americana – da qual descende tal ciência – são distintas desses povos.

Bebidas alcoólicas e populações indígenas

Trabalhos recentes sobre a utilização de bebidas alcoólicas, entre populações indígenas, têm assumido um compromisso teórico, ético e político de desconstruir a categoria “alcoolismo” para se referir à questão do uso de álcool, pois haveria implicações que tornam incongruente fazer a mesma rotulagem psicopatológica que é feita em nossa cultura. A categoria de alcoolismo é conceitualmente imprecisa, mesmo entre os não-índios. Seu uso seria uma forma de reforçar estigmas (Langdon, 2001; Oliveira, 2001; Quiles, 2001; Souza & Garnelo, 2006).

A classificação dos transtornos relacionados ao uso de álcool sofreu diversas mudanças, desde o momento em que esses não eram mais considerados um desvio de caráter - ou um pecado -, e passaram a ser vistos como um problema de saúde.

O termo alcoolismo foi utilizado pela primeira vez, em 1849, pelo médico Magnus Huss a partir da observação das consequências somáticas decorrentes do uso abusivo da bebida. A partir de então o conceito ganhou força e passou a orientar os trabalhos biomédicos referentes ao tema, sendo definido como doença crônica, gerando dependência física, que se manifestaria de modo igual em todas as pessoas e de etiologia exclusivamente biológica (Edwards, Marshall, & Cook, 2005). Essa concepção, com os avanços das pesquisas, foi sendo abandonada, pois se revelou limitada e imprecisa.

Para Souza e Garnelo (2006), a compreensão sobre esse fenômeno passou a considerar diversos aspectos para além dos fatores biomédicos, apontando para a configuração de um campo de estudo relacionado às síndromes de dependência a substâncias etílicas e um campo focalizado nos problemas decorrentes ao uso abusivo. O primeiro está situado principalmente em um território biomédico e seu objeto de estudo são os efeitos orgânicos do álcool quando ingerido de forma intensa. O segundo campo caracteriza-se pelas investigações sobre os efeitos adversos provocados pelo uso do álcool, independente do padrão de ingestão e de uma possível dependência individual, focalizando questões como problemas familiares, violência, acidentes e doenças sexualmente transmissíveis. Em outras palavras: um está mais próximo de uma perspectiva biológica e o outro de uma perspectiva social.

O conceito de alcoolismo, em uma perspectiva biomédica, tende a ignorar diferenças culturais e a correlacionar esse fenômeno independente da época e do lugar. O foco das atenções é o indivíduo com dependência física ou psíquica ao álcool e que manifesta atitudes desviantes em relação à norma, como violência ou absenteísmo (Langdon, 2001). Tal circunscrição facilita pesquisas quantitativas, porém quando tal metodologia é aplicada as investigações sobre alcoolismo em sociedades indígenas, utilizando instrumentos padronizados, mostram-se inviáveis ou ineficazes. A aplicação de instrumentos de *screening*, tal como o CAGE, por exemplo, muito eficiente na identificação de pessoas com dependência de álcool, com a população em geral, revelou-se inadequado em populações indígenas (Garnelo, Schweickardt, Souza et al., 2007).

É consenso entre vários autores (Garnelo et al., 2007; Guimarães & Grubits, 2007; Langdon, 2001; Quiles, 2001) que as pesquisas sobre o uso de bebidas alcoólicas, entre populações indígenas, deve tirar de foco o alcoolismo como doença crônica em uma perspectiva individual, com causas restritas, e analisar a questão como um problema coletivo, considerando as especificidades étnicas e o contexto histórico-cultural.

Não é recomendável a simples transposição do

nosso arcabouço de conhecimentos e de técnicas a respeito de problemas relacionados ao uso de álcool, para as sociedades indígenas, sem considerar seu contexto cultural. É preciso demonstrar os diferentes significados que o “beber” tem para essas populações, permitindo o questionamento dos conceitos, métodos e teoria que interpretam o fenômeno pesquisado (Garnelo & Souza, 2007). Não se entende, neste trabalho, o consumo de bebidas alcoólicas como um fenômeno universal, com causa e manifestação iguais entre todos os povos, mas relativo a cada sociedade, minimizando o etnocentrismo frequente nas pesquisas da ciência médica (Langdon, 2001).

Geertz nos alerta de que a imagem de uma natureza humana constante, independente de tempo, lugar e circunstância, pode ser uma ilusão, pois “o que o homem é pode estar tão envolvido com onde ele está, quem ele é e no que ele acredita, que é inseparável dele” (1989, p.26).

É importante destacar que os fenômenos relativos ao uso problemático de bebidas alcoólicas destiladas, tais como observados em algumas aldeias, não ocorreriam antes do contato interétnico. Tradicionalmente, a produção e consumo de bebidas fermentadas estavam restritas a rituais com significado social, e a introdução da cachaça fez parte do corolário de mazelas advindas com o contato (Ribeiro, 1970). Isto significa dizer que, para muitas etnias amazônicas, as transformações e as consequentes dificuldades de adaptação decorrentes desses encontros, entre os ditos brancos e índios, são recentes, remontando apenas a algumas décadas (Pereira, 2010). Os Karitiana, por exemplo, têm por volta de sessenta anos de contato contínuo, constituindo uma situação contrastante com a história de sociedades indígenas de outras regiões do país, como no nordeste, sul e sudeste, que possuem referências seculares de contatos oficialmente registrados. Para muitos grupos, as tradições sobre a forma de beber mudaram, assim como os padrões de consumo também foram alterados, influenciadas pela introdução das bebidas destiladas (Langdon, 2001).

A contextualização sócio-histórica tem se mostrado fundamental para a compreensão de como ocorre a entrada de bebidas alcoólicas em populações indígenas e ajuda a revelar os indícios do como e de por que esse tipo de bebida causa forte impacto sobre essas sociedades a ponto de, em alguns casos, ameaçar a ordem social existente (Young, 1994). Ademais, esta contextualização permite, também, uma análise mais apropriada dos aspectos psicológicos envolvidos no uso de bebidas por populações indígenas.

Assim, assume importância o processo de contato interétnico vivido pelo grupo, desencadeando graves consequências para os povos indígenas, interferindo na dinâmica e na organização social. O contato tem

sido violento de várias maneiras, como o fomento de guerras e agressões físicas ainda frequentes para vários povos indígenas brasileiros. Outra forma de violência instaurada nesse processo são as doenças transmitidas pelos brancos, desencadeando uma intensa redução populacional (Langdon, 2001).

Para compreender a bebida e o beber entre as populações indígenas e as dimensões psicológicas envolvidas nesse contexto, é importante situar o processo de “pacificação”, pois nele residem as possíveis raízes dos problemas relacionados ao uso de álcool. Nessa perspectiva, a perda ou garantia do território é fundamental, podendo levar, no primeiro caso, ao confinamento da etnia, inviabilizando as práticas tradicionais de subsistência; enquanto a demarcação da terra pode assegurar a permanência em espaços onde se fixaram e de tal lugar dependem para a sobrevivência, inclusive dos valores e tradições cultivados. Os Bororo, por exemplo, ocupavam toda a faixa sul do que é hoje estado do Mato Grosso, mas atualmente sobrevivem em pequenas parcelas do antigo território. Para esse povo, o álcool destilado foi um veículo que possibilitou que fossem subjugados e, posteriormente, exterminados. Primeiro pela ação dos bandeirantes e, depois, pela ação de militares e fazendeiros (Quiles, 2001).

O período pós-contato é um momento em que ocorre uma desorganização das regras culturais e das estruturas sociais, introduzindo um mal-estar na vida comunitária e nas pessoas. O grande desafio para o povo indígena seria compreender e apropriar essa realidade imposta pelo contato, mas o esforço para acomodar o *novo* em uma estrutura existente nem sempre é bem sucedido. Em função disso, alguns grupos não conseguem incorporar as bebidas alcoólicas em sua ordem nativa, tornando-se um disparador de violência e outros conflitos, configurando uma problemática social. Interessa saber, portanto, qual significado recebe a bebida alcoólica, como ela é apropriada e elaborada ou, adotando a perspectiva do antropólogo Marshall Sahlins (1997a, 1997b), como essas populações “indigenizam a modernidade”.

Os Karitiana e o processo de alcoolização

A aldeia *Kyôwã* - a maior dentre as quatro pertencentes ao povo Karitiana, onde foi realizado parte do trabalho de campo - localiza-se a cem quilômetros de Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A pequena distância e as condições razoáveis do trajeto, que ligam município e aldeia, possibilitam um fluxo constante de carros e a presença frequente dos Karitiana na cidade. Eles se alojam por dias nas dependências da sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em situações nas quais, geralmente, vão receber benefícios sociais

do governo e/ou vender artesanatos.

Os dados de campo foram produzidos neste mesmo fluxo, entre a aldeia *Kyôwã* e a cidade de Porto Velho, por meio de entrevistas abertas e observação participante. A abordagem etnográfica adotada nesta pesquisa colocou o pesquisador em contato com a realidade indígena, vivenciando-a, ao mesmo tempo em que possibilitou conversas a respeito da utilização de bebidas alcoólicas. O tempo despendido neste trabalho é difícil de definir, pois as incursões à aldeia e à FUNAI se deram em um período de aproximadamente um ano, o que não significa um ano de trabalho etnográfico contínuo. As visitas à FUNAI eram semanais, já as idas à aldeia ocorreram em três oportunidades diferentes.

Os dados foram produzidos entre homens de diferentes idades - as mulheres, nesse contexto, se mostraram em um universo de difícil acesso para um pesquisador homem. Os velhos foram os principais informantes sobre um tempo que passou e foi superado, e os homens mais jovens, por sua vez, possibilitaram dados sobre a atual utilização de bebidas alcoólicas.

Os Karitiana constituem um dos muitos grupos do Estado de Rondônia, ainda pouco estudados pela antropologia, e sem nenhum estudo realizado pela psicologia. Em contrapartida, a língua karitiana representa uma das mais bem documentadas e estudadas, posto que é a única pertencente à família Arikém, tronco Tupi.

Quanto à organização social Karitiana, Velden (2004, 2005, 2010) alerta para a cisão religiosa que caracteriza o grupo, resultado da permanência, entre eles, de missionários ligados ao Summer Institute of Linguistics, entre 1972 e 1978. Esse trabalho de evangelização converteu parte da população em protestantes, dividindo a comunidade em dois grupos distintos, com lideranças opostas, correspondendo ao “povo do *pajé* (xamã)” e ao “povo do pastor”. Nos últimos anos, as principais reivindicações ocorrem em torno da reprodução física e sociocultural dos Karitiana, bem como a ampliação de sua terra indígena e investimentos na educação escolar e saúde (Velden, 2005).

Cerca de metade dos índios se identifica como “crente”, participando dos cultos nas três igrejas da aldeia e seguindo as lideranças que são também pastores, enquanto a outra metade participa dos rituais que o único xamã promove ocasionalmente. Tais lideranças, que não agem de forma antagônica entre si, são exercidas não somente no campo espiritual, mas também no campo político, levando a seus liderados diretrizes para a organização social da aldeia, que se estendem a regras para dirimir desavenças entre marido e mulher, por exemplo, ou a ações que garantem a administração geral da comunidade.

A primeira referência a esse grupo na literatura data de 1909, pelo capitão Manoel Teophilo da Costa

Pinheiro, um dos membros da Comissão Rondon. Em 1910, o próprio Marechal Rondon menciona os Karitiana, mas permaneceram arredios ao contato sistemático até os anos 50, quando houve intervenção do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e de missionários salesianos. Todavia, de acordo com as suas narrativas históricas, os Karitiana indicam que o contato sistemático com os não-índios é anterior, tendo ocorrido desde o início do século XX, quando trabalhavam em um seringal (Velden, 2004).

Os Karitiana experimentaram um brutal declínio demográfico após o contato com os brancos, tendo sido considerados extintos, em 1957, num texto do antropólogo Darcy Ribeiro. Na tentativa de reverter esse quadro, um antigo líder teria desposado várias mulheres Karitiana (sete ou dez, de acordo com diferentes versões), inclusive algumas em princípio interditas pelas regras matrimoniais. Assim, paulatinamente, a população foi recomposta e, em 1970, foi feito um primeiro censo, constando um total de 64 pessoas. A última contagem ocorreu, em 2005, apontando 320 pessoas, enquanto em 2010 estima-se uma população de quase 400 habitantes. Ou seja, a perspectiva de extermínio que rondava as décadas de 50 a 70 foi superada, registrando um crescimento de mais de cinco vezes desde a primeira contagem (Velden, 2004).

No momento, a terra indígena Karitiana está demarcada e livre de invasões. Mas num passado recente foi alvo da exploração madeireira e de mineradoras (cassiterita), expulsas pelos Karitiana na década de 70. Ressaltam-se fazendas de gado, que cercam os limites setentrionais da área, mas o perímetro restante é integralmente ocupado pela mata preservada (Velden, 2005).

Os problemas relacionados à utilização de bebidas alcoólicas representaram para os Karitiana uma problemática social grave, embora, no momento da pesquisa de campo, a situação parecesse estar sob controle. Sobre tal período, em um passado não muito distante, eles descrevem que o uso de álcool era generalizado e sem qualquer controle, gerando muitos distúrbios na vida comunitária, como violência conjugal e atritos constantes entre membros da comunidade. Esses problemas não ficavam circunscritos à aldeia, e se estendiam aos círculos urbanos mais próximos. É comum ouvir histórias de pessoas que foram presas porque brigaram ou então arrumaram “confusão” em bares de Porto Velho, cidade distante, aproximadamente, a uma centena de quilômetros da aldeia.

Os Karitiana situam dois momentos distintos em sua história, com relação ao uso de álcool: um, no passado, quando utilizavam as bebidas indiscriminadamente; e outro, no presente, em que o uso é bastante limitado, não representando um grave problema para a

comunidade. Quanto ao primeiro momento, os relatos apontam para as décadas de 60 e 70 o auge do uso descontrolado de bebidas alcoólicas. Coincidência ou não, esse período é marcado pela intensa atividade de garimpo de cassiterita e de extração de madeiras nobres na aldeia. A convivência intensa com os não-índios introduziu a bebida destilada entre eles, tornando o álcool bastante acessível.

Nessa época, de acordo com as suas narrativas, ocorriam festas noturnas realizadas ao som de forró, regadas a “pinga” comprada nos bares às margens da BR-364, ou na cidade de Porto Velho. Essas festas, guardadas as devidas particularidades, assemelhavam-se àquelas feitas na cidade, contando com a presença de não-índios, em geral funcionários governamentais. Nessas ocasiões, alguns homens se juntavam e compravam as garrafas de pinga – tantas, que precisavam acumular em um galão de dez litros para transportar até a aldeia. Essa descrição é bem próxima a dos “bailes brancos”, citado por Ferreira (2004) em estudo entre os Mbyá-Guarani, quando relata festas ao som de música sertaneja com jogos de cartas e uso de bebidas alcoólicas trazidas da cidade.

Os Karitiana, ao lembrarem-se dessas antigas festas, definem como “o tempo da bagunça”, relatando a ocorrência de brigas que podiam redundar em pessoas feridas. Segundo eles havia situações contornáveis e outras que exigiam medidas extremas, como amarrar os mais agressivos em um tronco até que recobrassem a calma. Essa agressividade exacerbada com frequência transbordava para o âmbito doméstico, fazendo dos filhos e das mulheres alvos preferenciais.

Uma espécie de caos se instalou durante esse período. Regras foram subjugadas, alterando profundamente o convívio da comunidade. O consumo de bebidas alcoólicas não seguia as mesmas regras instituídas para o consumo de bebidas tradicionais, como a interdição sexual. Nas festas mobilizadas pela pinga, a agressividade e confrontos físicos se tornaram intensos e repetitivos.

A permanência de um cenário de desordens e desagregação social representava uma ameaça para a vida comunitária, mas com o passar do tempo os líderes e os velhos foram tomando consciência a respeito do perigo que a tal “bagunça” passava a representar para a aldeia, podendo ter levado aos desfazimento da estrutura social. Tornaram-se, então, abastêmios, recuperando a autoridade, e com ela podiam cobrar a abstinência dos outros e passaram a inspirar atitudes, restabelecendo a disciplina e o autocontrole. A medida seguinte foi realizar reuniões comunitárias para discutir os problemas e encontrar meios para administrá-los. E, de tal forma, essas estratégias foram determinantes para modificar a relação com a bebida.

Com a liderança política da aldeia reativada e a realização de reuniões comunitárias, garantindo medidas de censura pública ao abuso no beber, criaram um espaço para manifestação dos problemas e esclarecimento da complexa trama de conflitos, possibilitando o reordenamento psíquico e social da comunidade.

O levantamento das memórias do grupo, em trabalho de campo, sobre esses eventos assinala um processo de elaboração coletiva dos problemas relacionados ao consumo de álcool. Os Karitiana, fragilizados com uma população reduzida, percebem que o uso de bebidas alcoólicas ocorria sem controle, ameaçando tanto a integridade e a ordem social como a vida de muitos de seus membros. O relato de uma liderança *byyj*, denominação do chefe tradicional, é ilustrativo. Ele narra como percebeu as consequências da bebida quando quase matou a mulher em uma briga, depois de uma noite de bebedeira e, apesar da gravidade do fato, não se lembrava de nada. Somente descobriu o que aconteceu no dia seguinte: ao ver o rosto de sua mulher com hematomas perguntou quem tinha feito aquilo e ela respondeu que fora ele mesmo. Histórias como essa podem ser ouvidas por toda a aldeia, principalmente dos homens mais velhos.

O descontrole do consumo afetava toda a comunidade e passou a ter consequências drásticas, fazendo com que percebessem os riscos, como a eminente extinção do grupo. As narrativas coletadas com a comunidade revelaram que, aos poucos, adotou-se uma nova postura frente ao álcool pois, diferente das bebidas tradicionais, não significava comunhão ou diversão. Ocorria um grande descontrole, sem que o beber tivesse qualquer vinculação com a vida social e a partilha, como estavam acostumados. Era, simplesmente, uma ameaça à existência dos Karitiana.

Essa mudança de olhar não ocorreu instantaneamente, mas como parte de um processo que vai do reconhecimento do dano às estratégias de repressão. Assim, as pessoas que chegavam da cidade tinham seus pertences revistados e eram quebradas as garrafas encontradas. Uma medida referendada pelas assembleias comunitárias, que davam legitimidade aos atos repressivos.

Outro fato a ser considerado foi o movimento de evangelização dos índios. Após os primeiros missionários católicos, seguiram-se aqueles de denominação protestante, evangelizando parte da população. A partir dos anos 80 estas denominações consolidaram-se entre os Karitiana e o resultado de tal empreitada é que, atualmente, a maioria da população é evangélica, participando de cultos quase diários na própria aldeia, conduzidos por pastores índios em três igrejas.

Os religiosos atribuem à conversão cristã parte das mudanças de postura frente ao álcool. As regras e as noções pregadas sobre o bem e o mal teriam se tornado

um meio para obter controle de consumo, assim como resgatar a ordem social perdida.

Contudo, aos moldes de uma “indigenização da modernidade”, os Karitiana se apropriam das igrejas evangélicas, fazendo delas instrumento para o retorno a uma ordem indígena. O cenário de caos e de aparente desestruturação, outrora ameaçador da sociedade, fora superado, preservando a organização social. As igrejas foram antes de tudo um meio, e não a força original, provedora das transformações ocorridas no grupo. Interessante notar que o novo modo de relacionamento com a “bebida dos brancos”, isto é, afastar-se dela e criar estratégias para impedir sua entrada na aldeia, alcançou a todos, seja os convertidos a alguma entidade cristã ou não. Tal fato, portanto, corrobora o argumento de que o fim dos problemas relacionados ao uso de bebidas alcoólicas não está ligado, necessariamente, à conversão religiosa.

Para pensar tais questões do ponto de vista psíquico é necessário ressaltar que a noção de pessoa/individualidade para essas populações não corresponde à noção ocidental: pessoa não é necessariamente indivíduo e nem está localizada em uma primazia do mental. Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979, p. 3) afirmam: “a originalidade das sociedades tribais brasileiras (de modo mais amplo, sul-americanas) reside numa elaboração particularmente rica da noção de pessoa, com referência especial à corporalidade enquanto idioma simbólico focal”. Assim, ao contrário da nossa sociedade, o psíquico não está situado ou construído em um aparelho exclusivamente mental, mas em uma ordem do corpo, entendendo-se tal significante dentro de uma concepção singular; não necessariamente como algo biológico, pois não se trata de uma questão da fisiologia: “quanto a isso, os ameríndios reconhecem uma uniformidade básica dos corpos — mas aos afetos, afecções ou capacidades que singularizam cada espécie de corpo: o que ele come, como se move, como se comunica, onde vive” (Viveiros de Castro, 1996, p. 128).

Entre o início do uso generalizado das bebidas à superação dos problemas consequentes a esse hábito, pode-se dizer que as estratégias — incluindo a aceitação das igrejas em seu território — constituíram um modo de reorganizar, intersubjetivamente, experiências que eles compreendiam como ameaçadoras. A partir de uma elaboração coletiva, mudaram de postura com relação ao álcool, promovendo um reordenamento psíquico. Essa (re)elaboração coletiva ajustou os descompassos entre as novas situações trazidas pelo álcool, equilibrando a força do contato étnico com a força das convenções. Nesse processo de apropriação, os Karitiana acomodaram o novo, dando a ele significados, de modo a encaixá-lo em sua cosmologia, suportando as tensões do inevitável processo histórico que atravessaram.

Noções Karitiana do beber

Na língua karitiana, “doido” ou “gente doida” é designada pela expressão *popopo*, conceito amplo que a nossa experiência em campo não foi suficiente para esgotar os significados. Todavia, entre os vários sentidos que lhe são atribuídos, destaca-se a classificação de como ficam as pessoas dentro desse quadro e sobre os estados que elas podem experimentar. Em um primeiro momento, esse conceito parece se aproximar bastante da noção ocidental de saúde mental, mas apenas aparentemente, pois *popopo* não é doença e nem se trata de uma questão mental. Define melhor uma divisão entre condições e estados. Assim, contribui para aclarar por que a noção de saúde mental é inapropriada para as realidades ameríndias.

Popopo definia, tradicionalmente, as pessoas que não tinham uma aparência normal, por causa de uma limitação física ou por ter comportamentos bizarros, como uma agressividade desmedida ou despropositada. O contato com a nossa cultura fez com que esse significante passasse também a categorizar quem faz uso contínuo de bebidas alcoólicas e apresenta problemas relacionados a esse hábito. Assim, dizem *taso popopo* quando se referem a homem bêbado, que sempre bebe e não sabe beber, ou seja, apresenta um beber problemático.

A noção karitiana para pessoa que “não sabe beber” pode designar mais de um modo: (a) a que se sente dependente da bebida, (b) a que precisa da bebida e tem crises de abstinência e (c) a que apresenta um comportamento inaceitável, sem necessariamente ser dependente. A pessoa que usa bebida e bate na mulher ou é muito agressiva sem motivo aparente será chamada de *popopo*. Para além do seu significado original, o conceito ampliou seu escopo, abrangendo também o uso problemático de bebidas alcoólicas.

A pessoa pode ser *popopo* ou estar *popopo*, classificando tanto uma condição quanto um estado. Qualquer pessoa que bebe pode experimentar temporariamente uma condição *popopo*, designando uma alteração de consciência pela embriaguez, diferente de quem é *popopo*, um estado quase permanente. Este último se refere àquele que faz o uso problemático da bebida alcoólica, denotando uma dependência grave ou um inaceitável comportamento. Um estado em desacordo com o padrão esperado na vida social. A aproximação entre noções indígenas e não-indígenas é bastante limitada e complexa, mas, neste caso, indica uma apropriação da bebida alcoólica à ordem nativa. Destarte, uma expressão da língua karitiana passou a definir e explicar um fenômeno novo, advindo do contato com outra cultura.

A utilização problemática de bebidas alcoólicas entre os Karitiana, no momento do trabalho de campo, estava restrita a oito habitantes, facilmente identificados

por toda a comunidade. Esse grupo é definido como “bebedores constantes” ou “problemáticos”, nos termos dos próprios índios, indicando pessoas que bebem e têm algum tipo de atitude inaceitável. Esse grupo de bebedores é heterogêneo, diferenciando-se quanto à frequência com os que bebem, o comportamento que apresentam quando embriagados e após a embriaguez, a dependência ou a existência de sintomas de abstinência. Notou-se, porém, que eles constituem uma homogeneidade pelo menos em uma perspectiva: ocupam cargos remunerados em funções que desempenham na própria aldeia, como professores, agentes de saúde ou funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nas conversas com essas pessoas, elas revelaram que reconhecem o uso abusivo de bebidas, ao mesmo tempo que aceitam as repreensões sociais diretas e indiretas lançadas sobre eles. Expressam sentimentos de vergonha, culpa e arrependimento, admitindo que beber abusivamente não é desejável para os Karitiana, em função dos problemas ocorridos no passado. Embora explicitem o desejo de “largar a bebida”, admitem que a vontade de parar de beber é insuficiente para chegar à abstinência *perene*. Deixam transparecer que não possuem forças, sozinhos, para superar o anseio pela bebida e, por isso, veem esse como mais um motivo para concordarem com e apoiarem as ações repressivas.

O significado do álcool como uma ameaça à ordem social e como representante concreto do fantasma da extinção do grupo tem forte influência na organização comunitária. No entanto, afeta de modo diferente as pessoas. No caso dos que pararam de beber, o controle social sobre a bebida os levou à adoção da abstinência total; em contrapartida, os que continuaram a beber desenvolvem um constante sentimento de culpa. O significado social para ambos é o mesmo, mas os comportamentos são diferentes. Os bebedores contumazes aceitam e concordam que seus hábitos têm um impacto na vida coletiva. Assim, mesmo aquele que sabe beber, ou seja, não apresenta uma conduta negativa, compreende que diante das regras culturais isso não é esperado e desejado para a comunidade como um todo.

Conclusões: possibilidades de intervenção psicológica

As possibilidades de atuação psicológica entre povos indígenas com uso problemático de bebidas alcoólicas devem levar em consideração algumas premissas. A primeira delas é a inexistência de um “índio genérico”, desconsiderando-se as especificidades de estrutura e organização social, formação cultural, cosmologias e processos de contato interétnico. Cada população indígena deve ser entendida em seus próprios

termos, incluindo os conceitos autoctóneos. A tradução desses conceitos para a sociedade ocidental requer cuidados especiais, sem transferir o conteúdo de uma sociedade para outra.

Outra importante premissa é considerar o beber coletivamente, posto que a linguagem das sociedades indígenas é a do parentesco, do coletivo, e não do indivíduo isolado em seu próprio mundo. Ainda que sejam pessoas que bebem individualmente, seu comportamento impacta a ordem social e ameaça a continuidade temporal e espacial da etnia. Da mesma forma, não deve, ser aplicados indiscriminadamente a essas sociedades técnicas e conhecimentos que são bem sucedidos na sociedade ocidental. As sociedades indígenas são hierarquizadas, com os velhos e lideranças tradicionais exercendo forte influência sobre o comportamento das pessoas. Ao contrário da sociedade ocidental, que valoriza o vigor da juventude, as sábias vozes dos velhos são ouvidas com reverência e seus conselhos acatados com deferência.

O beber-problema não parece uma disposição de indivíduos que sucumbem ao vício, mas sim de um grupo exposto a um contexto hostil que os torna vulneráveis. As estratégias karitiana foram bem sucedidas porque elaboradas e executadas pela própria comunidade, em acordo com seu universo cultural, em um molde coletivo que reflete seu funcionamento. Apontam possibilidades de um modelo de atuação em saúde, e as iniciativas em psicologia devem se esforçar para compreender esse contexto, antes de elaborar intervenções, aumentando a chance de que tenham resultados benéficos. Talvez, no estágio atual de conhecimento, a psicologia indígena tenha mais a aprender do que a ensinar.

Nota

- * Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo intitulado “O Alcoolismo, a Violência de Gênero, os Transtornos Mentais, o Suicídio e o Homicídio no DSEI Porto Velho”, e contou com o apoio e financiamento do Ministério da Saúde/DECIT/CNPq, Processo 402532-2008-2.

Referências

- Conselho Regional de Psicologia da 6 Região. (Org.). (2010). *Psicologia e povos indígenas*. São Paulo: Autor.
- Edwards, G., Marshall, J., & Cook, C. (2005). *O tratamento do alcoolismo. Um guia para profissionais da saúde*. Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, L. O. (2004, outubro). As “boaspalavras” dos Xondaro Marãgatu como alternativa para a redução do consumo de bebidas alcoólicas entre os Mbyá-Guarani- RS. *Tellus*, Ano 4, 7, 121-135.
- Garnelo, L., Schweickardt, J., Souza, M. et al. (2007). O processo de alcoolização em populações indígenas do Alto Rio Negro e as limitações do CAGE como instrumento de *screening* para dependência do álcool. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34(2), 90-96.
- Garnelo, L. & Souza, M. (2007). Quando, como e o que se bebe: o processo de alcoolização entre populações indígenas do alto Rio Negro, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 23(7), 1640-1648.
- Geertz, C. (1989). *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT.
- Guimarães, L. & Grubits, S. (2007). Alcoolismo e violência em etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 45-51.
- Hwang, K.-K. (2004). The epistemological goal of indigenous psychology: The perspective of constructive realism. In B. N. Setiadi, A. Supratiknya, W. J. Lonner, & Y. H. Poortinga (Eds.), *Ongoing themes in psychology and culture*. Acesso em 21 de novembro, 2010, em http://ebooks.iaccp.org/ongoing_themes/chapters/hwang/hwang.php?file=hwang&output=screen.
- Langdon, E. J. (2001). O que beber, como beber e quando beber: o contexto sociocultural no alcoolismo entre as populações indígenas. In Ministério da Saúde, *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas* (pp. 83- 97). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2001). *Anais do Seminário Sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre Os Povos Indígenas*. Brasília, DF: Autor.
- Oliveira, M. (2001). Alcoolismo entre os Kaingáng: do Sagrado e Lúdico à Dependência. In Ministério da Saúde, *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas* (pp. 99-125). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Pereira, P. P. (2010). *O processo de alcoolização entre os Tenharim das aldeias do Rio Marmelos – AM*. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.
- Quiles, M. I. (2001). Mansidão de fogo. Aspectos etnopsicológicos do comportamento alcoólico entre os Bororo. In Ministério da Saúde, *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas* (pp. 167-187). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ribeiro, D. (1970). *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Sahlins, M. (1997a). O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica. *Mana*, 3(1), 41-73.
- Sahlins, M. (1997b). O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica. *Mana*, 3(2), 103-150.
- Seeger, A., Da Matta, R., & Viveiros de Castro, E. (1979). A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, 32, 2-19.
- Souza, M. & Garnelo, L. (2006). Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9(2), 279-292.
- Stock, B. (2010a). Os paradoxos do fator identitário na produção de políticas de promoção da saúde indígena. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo da 6ª região (Org.), *Psicologia e Povos Indígenas* (pp. 244-249). São Paulo: CRPSP.
- Stock, B. (2010b). *A alegria é a prova dos nove: O devir-ameríndio no encontro com o urbano e a psicologia*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre.
- Velden, F. V. (2004). *Por onde o sangue circula: os Karitiana e a intervenção biomédica*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, São Paulo.
- Velden, F. V. (2005). Karitiana. In *Enciclopédia povos indígenas do Brasil*. Instituto Sócio-Ambiental (ISA). Acesso em 7

- de fevereiro, 2010, em <http://pib.socioambiental.org/pt/pt/povo/karitiana>
- Velden, F. V. (2010). *Inquietas companhias. Sobre os animais de criação entre os Karitiana*. Tese de Doutorado, Unicamp, São Paulo.
- Verdugo, V. C. (2005). Psicologia ambiental: objeto, “realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. *Revista de Psicologia USP*, 16(1-2), 71-87.
- Viveiros de Castro, E. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2), 115-144.
- Yong, T. K. (1994). *The health of Native Americans Toward a bio-cultural epidemiology*. New York: Oxford University Press.

Recebido em: 11/01/2011

Revisão em: 15/09/2011

Aceite em: 29/11/2011

João Jackson Bezerra Vianna é Psicólogo, mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Endereço: Rua Brasília, 3182. Bairro Coroado. Manaus/AM, Brasil. CEP 69080-121.
Email: joajbvianna@gmail.com

José Juliano Cedaro é Psicólogo, Professor Adjunto do Mestrado de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP).
Email: cedaro@msn.com

Ari Miguel Teixeira Ott é Psiquiatra, Professor Associado do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UNB), Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: ariott@uol.com.br

Como citar:

Vianna, J. J. B., Cedaro, J. J., & Ott, A. M. T. (2012). Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 94-103.